



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA,60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - www.tjes.jus.br

ATA

| | |
|---|-------------------------|
| ATA DE REUNIÃO | Nº: 01/2021 |
| Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC | Data: 13/01/2021 |

1. Dados da Reunião

| Data | Hora Inicial | Hora Final | Local |
|------------|--------------|------------|------------------|
| 13/01/2021 | 14h:30m | 15h:10m | Videoconferência |

2. Participantes

| Nome | Designação/Órgão |
|-----------------------------------|--|
| Fernando Estevam Bravin Ruy | Desembargador Presidente |
| Thiago Albani de Oliveira Galvêas | Juiz assessor especial da Presidência |
| Giselle Onigkeit | Juíza auxiliar da Corregedoria |
| Fábio Brasil Nery | Juiz auxiliar da Vice-Presidência |
| Marcelo Tavares de Albuquerque | Secretário-Geral |
| Carlos Vinicius de Arimatéa | Secretário de Tecnologia da Informação |
| Rita de Cássia Barcellos Almeida | Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica |

3. Pauta

| Item | Descrição |
|------|---|
| 01 | Reunião ordinária para apresentação e análise do Cronograma de expansão do PJe. |
| 02 | Relatórios de Entregas 2020. |
| 03 | Projeto PJe: Cronograma e Riscos |
| 04 | Segurança da Informação |
| 05 | Estratégia Nacional de TI – ENTIC-JUD |

4. Tarefas de reuniões anteriores (listagem atualizada até esta data)

| Item | Discriminação | Responsável | Data Limite |
|------|---------------|-------------|-------------|
| 01 | - | - | - |

5. Informações e deliberações em Reunião

| Item | Descrição |
|------|---|
| 01 | Antes do início da reunião, o Secretário Geral, Marcelo Albuquerque, pediu a palavra para falar brevemente a respeito de um procedimento administrativo aberto pelo Tribunal de Contas do Estado do ES – TCE-ES, em desfavor do PJES, motivado pelo não envio, dentro do prazo, de informações obrigatórias ao órgão, que foram ensejadas, principalmente, pela alteração de layout realizada pelo referido órgão de controle. O Secretário Geral abordou as diligências que estão sendo realizadas, no intuito de esclarecer e sensibilizar o TCE-ES, evidenciando que não houve desídia por parte do PJES no envio das informações. |
| 02 | O Presidente do Comitê, Des. Fernando Bravin abriu a reunião franqueando a palavra ao Arimatéa, Secretário |

| | |
|----|---|
| 03 | <p>de TI.</p> <p>Arimatéa informou que foi elaborado um relatório com as principais entregas da STI no ano 2020, reforçando o papel do Comitê na definição das estratégias de TIC que viabilizaram as entregas. Nesse sentido, foram apresentadas as cinco maiores entregas, que representam um maior retorno para a Instituição.</p> <p>1. Expansão PJe</p> <p>Dando continuidade ao plano de expansão, foram destacadas as principais entregas para o ano de 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualização do PJe para a versão 2.1.5.0. • Implantação do PJe nos Juizados Especiais da Grande Vitória. • Expansão da Competência Cível nas unidades que já utilizavam o PJe. • Disponibilização da Sessão de Julgamento de Desembargadores. • Remessas RE e RESP para Câmaras Cíveis Reunidas. • Implantação de Interposição da Apelação Cível. <p>Destacado também, que o PJe atualmente é utilizado em 128 unidades judiciárias e já possui mais de 200 mil processos ajuizados.</p> <p>Outro ponto ressaltado, é que o cronograma aprovado anteriormente pelo CGTIC foi cumprido integralmente, apesar dos desafios encontrados ao longo dessa fase do projeto.</p> <p>2. Contratação de Plataforma de videoconferência para reuniões e sessões</p> <p>Com deliberação expressa do Comitê na Estratégia da Contratação, o PJES efetuou a contratação de ferramenta que vem sendo amplamente utilizada, principalmente por conta do cenário atual da pandemia.</p> <p>1. Trabalho Remoto</p> <p>As ações adotadas pela STI permitiram que o PJES mantivesse as suas atividades de forma remota, principalmente para o 2º grau, onde o principal sistema de tramitação processual só é acessível da rede interna. Ocorreram ainda melhorias no sistema de correio eletrônico e prestação temporária de suporte aos computadores particulares para apoio na configuração dos sistemas, viabilizando o acesso remoto aos serviços de TI do PJES.</p> <p>2. Implantação do sistema de gravação de audiência nas salas de 1º grau</p> <p>A solução para gravação audiovisual de audiências e sessões de julgamento, composta pela instalação de câmeras, microfones, mesas de som e solução de software, permite a captura, marcação, publicação e armazenamento das audiências locais e remotas. A solução foi instalada em 320 salas de audiência de 1º grau e 13 salas de depoimento especial.</p> <p>Foi destacado que a combinação das ferramentas de videoconferência com a solução de gravação permite a realização da teleaudiência.</p> <p>3. Projeto Juízo 100% Digital</p> <p>Arimatéa destacou que as entregas citadas nos convidam a fazer uma reflexão a respeito do papel da tecnologia informação, permitindo que o judiciário avance para um novo futuro. Destacou ainda as palavras do Des. Fernando Bravin e do Presidente Des. Ronaldo no lançamento do projeto, onde foi dito que o judiciário não pensa mais em investir em prédios, mas sim em tecnologia. Tornando a justiça mais ágil e menos burocrática.</p> |
| 04 | <p>Cronograma PJe 2021</p> |

| 2021 | Janeiro | Março | Abril | Mai | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|------|--|--|----------------------------------|---|---|---|---|---|--|-----------------------|--------------------|
| 1G | Ajustes pós implantação (chamados) | Preparação para Expansões e Correção de Problemas Atuais (dívida técnica) | Varas Especializadas: [48] Cível | Ajustes pós implantação e Correção de Problemas Atuais (dívida técnica) | Varas Especializadas: [22] Fazenda Pública e Juizado [26] Família | Ajustes pós implantação e Correção de Problemas Atuais (dívida técnica) | Varas Especializadas: [15] Infância e Juventude (Cível) [4] Órfãos e Sucessões [1] Auditoria Militar (Cível) [1] Acidente de Trabalho | Ajustes pós implantação e Correção de Problemas Atuais (dívida técnica) | Lançamento do Cronograma para Ações Criminais | Atualização de versão | Migração de versão |
| 2G | Ajustes pós implantação (correção e complementação dos fluxos) | Estudo, Implementação e Homologação da nova estrutura (Movimentação Desembargadores) | Implantação da nova estrutura | Ajustes pós implantação e Correção de Problemas Atuais (dívida técnica) | Estudo, Implementação e Homologação do HC | Treinamento do HC e Correção de Problemas Atuais (dívida técnica) | Implantação do HC | Ajustes pós implantação e Correção de Problemas Atuais (dívida técnica) | Lançamento do Cronograma para Recursos Criminais | Atualização de versão | Migração de versão |

Dando continuidade ao projeto de expansão do PJe, Arimatéa destacou que o cronograma de expansão para o ano de 2021 é agressivo, tendo em vista a necessidade do momento atual. Destacou ainda, que a entrada de novos processos tem correlação direta com o aumento do nº de chamados de suporte ao sistema. Além disso, informou que a

Presidência tem ciência dos principais riscos envolvidos na estratégia de expansão e vem trabalhando junto com a STI para que as mesmas sejam sanadas de forma definitiva.

Na oportunidade, solicitou apoio do Dr. Thiago para apresentação do cronograma proposto.

Dr. Thiago cumprimentou a todos os membros do Comitê e iniciou destacando que o pensamento inicial da estratégia da expansão foi abrir mão de melhoras do sistema que impactassem a expansão do sistema, uma vez que várias unidades ainda não possuem o processo judicial eletrônico. Além disso, se ocorrer novo lockdown, qualquer implantação do PJe já seria um grande avanço, tendo em vista que permitira o trabalho remoto dando continuidade no trabalho do Judiciário com segurança para a saúde dos magistrados e dos servidores.

Destacou ainda, que a sequência dos trabalhos foi planejada para que houvesse uma menor necessidade de retrabalho por parte da equipe técnica, explanando inclusive a estratégia de realizar a atualização de versão no final do ano, atuando primeiramente na expansão do PJe para todas as unidades não criminais. E, havendo disponibilidade da equipe, começar o planejamento para implantação nas unidades criminais e infância criminal.

No que tange ao 2º grau, o foco será em garantir as melhorias de fluxo mais urgentes bem como o perfeito funcionamento do agravo e da apelação. Complementou que após uma análise realizada no TJ, identificou o Habeas Corpus como maior candidato a priorização, uma vez foram impetrados cerca de cinco mil durante a pandemia, corroborando com a estratégia de enfrentar onde há um maior ganho na implantação do PJe. Além disso, tal estratégia permitirá a capacitação dos Desembargadores das câmaras criminais, que ainda não tiveram contato com o sistema.

Dr. Thiago destacou que, alguns trâmites internos e as remessa para tribunais superiores, não serão priorizadas no momento, uma vez que está sendo possível a remessa por outros meios como a digitalização. Portanto, após uma análise do custo benefício de tudo que foi dito, houve o entendimento que o cronograma apresentado represente, nesse momento, a melhor estratégia de expansão do PJE. Além disso, destacou que tal estratégia facilitará a implantação do pleno, conselho de magistratura, remessas e etc.

Por outro lado, Dr. Thiago pontou a preocupação da STI no tocante as dívidas técnicas que não estão sendo tratadas, mas destacou que é uma opção que o CGTIC deve decidir se adotará, uma vez que, no momento, é a única forma de acelerar a expansão do PJe.

Complementou informando que a STI realizará o levantamento das demais demandas estratégicas que não podem ultrapassar 2021, dado os eventuais prejuízos que isso traria ao PJES.

Após apresentação do cronograma, Arimatéa reforçou, em linhas gerais, os pressupostos estratégicos do projeto de expansão do PJe e os principais riscos, dentre eles destacados:

- Aumentando a necessidade de suporte por parte da STI por consequência do incremento da entrada de novos processos.
- As dívidas técnicas serão postergadas.

Des. Bravin, destacou que a perspectiva do calendário se mantém realística, sendo razoável, mesmo abrindo mão de algumas ferramentas, melhorias e atualizações. Destacou que entende que a estratégia apresentada deve ser aprovada. Na oportunidade registrou elogio aos trabalhos que vem sendo realizados.

O Secretário Geral, Marcelo Albuquerque manifestou o acordo e a necessidade de uma outra reunião para tratamento das demais demandas de TI. Sugerindo um análise prévia com o Des. Bravin, após a volta das

| | |
|----|---|
| | <p>férias do Desembargador, para fechar a pauta.</p> <p>Dr. Fábio Brasil pediu vênia ao Des. Bravin, elogiando o cronograma e a sistemática mantida, destacando o foco no planejamento está consolidando o projeto de expansão do PJe no PJES. Na sequência opinou pela aprovação do cronograma de expansão apresentado.</p> <p>Dra. Giselle Onigkeit destacou os avanços conquistados na área de tecnologia, apesar do ano complicado. Destacou a crença que as dificuldades impulsionaram os avanços obtidos. Opinando pela aprovação do cronograma apresentado.</p> <p>Rita Almeida opinou pela aprovação do cronograma, mas destacou a questão do rito relacionado ao agravo de instrumento nos plantões, que a situação ainda está pendente. Lembrou ainda, que foi aplicada uma solução paliativa no recesso, inclusive com aprovação do Comitê de Taxinomia, onde os processos estão sendo recebidos fisicamente e fazendo uma passagem para o PJe, mediante cancelamento da distribuição no sistema de segunda instância com a justificativa de “transferência para o PJe”(como extensão do movimento nº 488 . Destacou que é uma atecnia, mas que a solução atende enquanto não está resolvida a questão do agravo no plantão.Ponderou que tal situação poderá ser a mesma quando instituído no PJe os Habeas Corpus recepcionados nos plantões.</p> <p>Por fim, Des. Fernando Bravin destacou que todos os membros presentes do CGTIC aprovaram o cronograma.</p> |
| 05 | <p>Riscos projeto PJe</p> <p>Na sequência, Arimatéa pediu a palavra para apresentar os riscos mais relevantes, destacando que muitos já são conhecidos do Comitê, acrescentando-se que acredita na responsabilidade da área técnica em apontar os riscos inerentes ao projeto em questão, uma vez deliberada a estratégia pelo CGTIC.</p> <p>Nesse sentido, relatou que muitos riscos estão presentes há alguns anos, bem como destacou que está atuando junto à Presidência e ao próprio CGTIC na busca de ações para tratamento desses riscos de forma permanente. Destacou as ações da gestão da STI que estão sendo tomadas, atuando com foco e buscando inovar nos processos de trabalho da Secretaria, o que vem permitindo, por enquanto, a entrega de alguns projetos de relevância ao PJES.</p> <p>Contudo, ressaltou que algumas questões de curto prazo, como a redução da equipe por aposentadoria e servidores retornando a vara de origem, são riscos, que se realizados, possuem impacto imediato no projeto PJe.</p> <p>Ademais, pontuou que projeto PJe é perene. Dessa forma, devem ser tomadas medidas que permitam a continuidade, com qualidade, da prestação dos serviços prestados pela STI aos usuários do sistema.</p> <p>Diante do exposto, destacou que ações pontuais de curto prazo estão sendo tomadas, mas há necessidade de se pensar no longo prazo, uma vez que está ocorrendo o aumento, de forma considerável, da entrada de novos processos no PJe, o que está, conseqüentemente, acarretando um aumento no nº de chamados para tratamento da equipe técnica. Nesse sentido, reforçou que a STI precisa estar disponível para o usuário, uma vez que no processo judicial eletrônico, o impedimento técnico inviabiliza, em grande parte das vezes, a tramitação processual.</p> <p>Por fim, relatou que as questões apontadas estarão presentes, de forma detalhada, no processo SEI que conterà a documentação de planejamento do projeto, com atenção especial ao plano de gerenciamento de riscos. Informou ainda, que o CNJ exige o envio do planejamento.</p> |
| 06 | <p>Segurança da Informação</p> <p>Informou aos membros do CGTIC a respeito da onda de ataques as empresas públicas e privadas, sendo o caso mais emblemático o do STJ, principalmente pelo impacto do ataque no referido órgão. Na sequência, informou que se reuniu com a Presidência para obter permissão para tomar ações imediatas relacionadas à Segurança da Informação, atuando em várias frentes de trabalho, como por exemplo, a implementação da política de troca de senhas, dentre diversas outras demandas que estão foram executadas e que ainda estão em andamento.</p> <p>Informou ainda, que tais medidas foram em caracter preventivo, e que não houve tempo hábil para formalização do pleito, uma vez que estava claro que havia um ataque direcionado as Instituições e o tempo era crucial para aplicação das ações mais urgentes que já haviam sido delineadas.</p> <p>Projetos internos impactados pela necessidade de alocação de recursos para correção de algumas vulnerabilidades encontradas.</p> <p>Destacou que diante do crescente aumento de ataques às Instituições, a Segurança da Informação deve ser tratada de forma mais robusta pela Instituição.</p> |
| 07 | |

| | |
|----|---|
| | <p>ENTIC-JUD</p> <p>Arimatéa informou que foi aprovada na última reunião do Conselho em Dezembro a nova estratégia nacional de TI. Tal resolução, na prática, representa para o PJES a necessidade de cumprimento de uma série de requisitos e a produção de artefatos de planejamento, dentre eles o Plano de transformação digital, Planejamento estratégico de TI e plano de trabalho, contendo a previsão de cumprimento de todos os itens presentes na referida resolução. Nesse sentido, informou que o Tribunal tem o prazo de 4 anos para atendimento integral dos itens previstos na resolução.</p> <p>Destacou ainda que essas entregas estão intimamente relacionadas às atribuições do CGTI.</p> <p>Por fim, informou que a STI está analisando a minuta da resolução para elaborar o plano de trabalho e apresentar ao CGTIC em um formato mais simplório, esclarecendo aos membros o que é esse plano e no que ele implica. Além disso, será elaborado um cronograma para atendimento dos itens da resolução para análise e deliberação do Comitê.</p> |
| 08 | <p>Encerramento</p> <p>Arimatéa sugeriu um alinhamento junto ao Des. Bravin, Dr. Thiago e Marcelo Albuquerque para o fechamento da pauta da próxima reunião, bem como a definição do modelo para envio prévio, aos membros do comitê, das informações que serão apresentadas.</p> <p>Des. Fernando Bravin declarou a reunião encerrada e agradeceu a participação de todos os presentes.</p> |

6. Distribuição de tarefas

| Item | Discriminação | Responsável | Data Limite |
|------|---------------|-------------|-------------|
| 01 | | | |



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ESTEVAM BRAVIN RUY, DESEMBARGADOR**, em 24/02/2021, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA BARCELLOS ALMEIDA, ASSESSOR DE NIVEL SUPERIOR PARA ASSUNTOS DE PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO ESTRATEGICA**, em 03/03/2021, às 14:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE ONIGKEIT, JUIZ(A) CORREGEDOR(A)**, em 09/03/2021, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE, SECRETARIO GERAL**, em 18/03/2021, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS VINICIUS DE ARIMATEA, SECRETARIO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO**, em 22/10/2021, às 08:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0679279** e o código CRC **8584624B**.